

## Comunicação comunitária: uma perspectiva teórica do empoderamento à biopotência da multidão<sup>1</sup>

Patrícia Franck PICHLER<sup>2</sup>

Maria Ivete Trevisan FOSSÁ<sup>3</sup>

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS

### Resumo

Este artigo apresenta uma articulação teórica orientada pela perspectiva comunitária da comunicação, que compreende a relevância da participação crítica e ativa dos sujeitos no processo comunicativo. Sob esse viés, as pessoas e as coletividades são percebidas em primeiro plano, sendo as responsáveis pelas transformações sociais e culturais desejadas. Para tanto, é preciso que se articulem e que estejam cientes de sua realidade, estando empoderadas e conscientizadas, conforme expõe Paulo Freire. Seguindo por esta linha de pensamento, articula-se teoricamente a comunicação comunitária, o empoderamento e os estudos contemporâneos sobre biopotência e multidão, a partir das pesquisas de Pelbart, Negri e Hardt.

**Palavras-chave:** comunicação comunitária; empoderamento; biopotência da multidão.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A articulação teórica proposta parte de observações e percepções obtidas a partir de estudos<sup>4</sup> anteriormente realizados, os quais sempre circundaram o universo da comunicação comunitária, pautados pelo entendimento da relação prático-teórica comunicação — comunidade. Comunicação e comunidade têm um vínculo etimológico pelo “ser-em-comum” (ESPOSITO, 2007; PAIVA, 2007) que ambos necessitam para sua realização. Não há comunicação sem o sentido proveniente do outro e não se constitui uma comunidade sem a alteridade, a soma das singularidades. Nesse sentido, comunicação e comunidade têm uma profícua relação, que se ratifica pela abordagem da comunicação comunitária,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação Institucional e Organizacional CNPq-UFSM. Doutoranda do PPGCOM-UFSM. E-mail: [patricia.pichler@gmail.com](mailto:patricia.pichler@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Administração (UFRGS); Mestre em Comunicação Social (UMESP). Professora Associada do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Atua na graduação de Comunicação Social e nos Programas de Pós-Graduação de Comunicação e de Administração da UFSM. Tutora do Grupo PET CISA. E-mail: [fossa@terra.com.br](mailto:fossa@terra.com.br).

<sup>4</sup> PICHLER, P.F. e FOSSA, M.I.T. De que comunidade se está falando? O conceito a partir das estratégias discursivas em telejornais brasileiros. Dissertação de mestrado em Comunicação. Universidade Federal de Santa Maria, 2012. Disponível no sítio do Programa ([www.ufsm.br/poscom](http://www.ufsm.br/poscom)).

prevendo resultados positivos e experiências sociais e culturais em transformação a partir do trabalho conjunto de ambos os conceitos, das duas práticas.

Pelo panorama econômico que vivemos, as atuais comunidades tendem a uma segmentação, a um particularismo. Com isso, é necessário que estes grupos, quando constituídos por sujeitos, reconheçam as diferenças, não se comunitarizando, mas sim, organizando-se de maneira a lutar contra os poderes hegemônicos e elitistas, o que é possível através do reconhecimento das alteridades como alternativas. Compreendemos então, a concepção de comunidade como um grupo de pessoas que refletem sobre sua realidade e participam dos movimentos que conduzem a mudanças significativas em sua forma de gerir a vida em sociedade. São grupos compostos por pessoas que têm a comunidade como um espaço de compartilhamento e cooperação, mas não se limitam a ele.

Esse nosso entendimento de comunidade, baseado na articulação das compreensões e estudos de diferentes autores, converge com as ideias disseminadas por Antonio Negri e Michael Hardt acerca do conceito de “multidão”. Para os autores, a multidão é um sujeito coletivo, único capaz de enfrentar as forças prevaletentes do “Império”, nossa conjuntura política, econômica e sociocultural, fortemente impulsionada pelo movimento de globalização (HARDT e NEGRI, 2006).

Para Antonio Negri (2004), a multidão é um coletivo de singularidades, que reunidas, formam um poder tão expressivo que as forças de exploração precisam se reconstituir para dominá-las. É, pois, um conjunto de agentes que tem consistência e que se constitui a partir da prática, da ação coletiva de luta e de reivindicação. Trata-se de um “ser em comum”, uma “multiplicidade incomensurável” em um movimento de contrapoder, contra-hegemônico.

Desse modo, pensando em coletividades ativas, críticas, agentes, formadas por sujeitos politizados, que se aproximam à ação da multidão, estabelecemos relações mútuas entre os conceitos comunicação, empoderamento e biopotência da multidão, especialmente quando se objetiva problematizar a comunicação comunitária. Pensar comunidades atuando como “multidão”, exhibe-nos uma possibilidade de desenvolvimento e sucesso comunitários, pois o conjunto torna-se “resultante de uma série de atividades singulares que de fato se desenvolvem a partir da consistência subjetiva dos agentes” (FONSECA e COCCO, 2014, p. 38. Grifo nosso), o que se refere ao processo de empoderamento.

## **A comunicação em sua perspectiva Comunitária**

Orientados por uma missão humanista e visão otimista, algumas pessoas e instituições passaram a trabalhar em busca de maior igualdade, levando as questões do desenvolvimento social a um nível de discussão mais crítico e embasado em estudos e experiências. A comunicação comunitária, conforme a estudamos e praticamos no Brasil, parte deste histórico, sendo seriamente conduzida de acordo com as características e necessidades específicas de nosso país e nossa sociedade, principalmente pelas condições econômicas que enfrentam.

Junto ao movimento econômico global, a população mundial e suas culturas passam por um processo de intercâmbio, que representa relevantes transformações à sociedade contemporânea. “O processo global levou a uma universalização devido à promoção da queda de barreiras entre diferentes nações e culturas, ao mesmo tempo em que incentivou uma reorganização em âmbito local, o qual se fechou em certos aspectos, incorporou um processo de particularismo” (PICHLER e FOSSÁ, 2012, p. 33).

Nesse processo de globalização, de aberturas e de fechamentos social e cultural, a comunicação tem papel de destaque, por meio de suas mídias. É a partir das tecnologias de comunicação que a globalização está presente globalmente, seja pelo cinema, pela internet, pela televisão, pelo rádio. A comunicação tem importante atuação na expansão dos efeitos da globalização, ao passo que é o instrumento pelo qual ela se espalha pelo globo, levando consigo o desenvolvimento da sociedade.

Assim como a organização social é “reformulada” e repensada, antigas questões e discussões, sobre bem-estar social e a vida em sociedade, são também recolocadas em pauta e reorganizadas. Torna-se crescente uma abordagem de desenvolvimento centrada na autoconfiança, autonomia, capacitação e participação local, quando em se tratando de áreas como a saúde, a educação, a psicologia e a comunicação, entre outras, o que abre espaço para o estabelecimento dos estudos e estratégias de Comunicação Comunitária.

Essa forma de comunicação pode ser tratada também como, segundo Cicilia Peruzzo (2005), alternativa ou popular, e ainda, conforme John Downing (2002), como mídia radical. A comunicação comunitária surge como um viés comunicacional que olha, de fato, para o entorno da esfera social, ou seja, para as margens e os marginalizados, mas sem a pretensão de deixar o centro de fora. Ela propõe justamente um olhar conjunto para a compreensão exata da situação e ação adequada.

Contudo, devido à desvalorização que o setor comunitário enfrenta perante a sociedade contemporânea, a comunicação comunitária vem se desenvolvendo e traçando um percurso difícil para a sua proliferação, através das mídias comunitárias. Acaba por fazer um movimento que se assemelha à comunitarização, fechando-se e reduzindo sua possibilidade de abrangência. “A comunicação comunitária que vem sendo gestada no contexto dos movimentos populares é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns” (PERUZZO, 2005, p. 22).

Esta atuação comunitária que Peruzzo nos alerta não é inadequada e nem deixa a desejar quanto aos anseios comunicacionais sob esta perspectiva, porém com a sua “abertura”, juntamente ao desenvolvimento das comunidades e periferias em direção a uma participação midiática mais igualitária, poderíamos estar avançando na teoria, e principalmente na prática comunitária comunicacional. Não sendo praticada de maneira fechada a pequenas (qualitativamente falando) realidades, a comunicação comunitária tem muito a crescer e assim, auxiliar a sociedade num todo, devido às suas características democráticas e cidadãs.

Entre as principais características desse processo comunicacional estão: opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; transmissão de conteúdos a partir de **novas fontes de informações** (do cidadão comum e de suas organizações comunitárias); a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma **dinâmica de organização e mobilização social**; está imbuído de uma **proposta de transformação social** e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a **participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo** (PERUZZO, 2005, p. 20. Grifo nosso).

Assim, torna-se possível o surgimento de uma comunidade empoderada, que em sua unicidade de singularidades (ou seja, atuando como multidão) consegue gestar um movimento contra-hegemônico e que, de fato, lute pelos seus desejos e direitos preconizados pela política democrática e social que vigora, consciente também de seus deveres para com a formação e manutenção da sociedade civil. Nesse âmbito, podemos falar também acerca dos movimentos sociais, que coexistem à comunicação comunitária. Esses movimentos, quando orientados por uma atuação organizada e crítica, conseguem “atravessar” a força imposta pela “cultura do silêncio das maiorias” e substituir a realidade de “cidadãos ausentes e sem voz” (PERUZZO, 2005) por um coletivo revolucionário que “busca continuamente transformar nossa carne em novas formas de vida” (NEGRI, 2004, p. 19).

Nesse intuito é que nos esforçamos na conjugação do comunitário politizado com o empoderamento, para enriquecer a comunicação comunitária através do fortalecimento dos cidadãos, que precisam se tornar agentes autocríticos e críticos. Acreditamos que os espaços midiáticos comunitários têm forte presença e poder de atuação nesse sentido, sendo necessário, para isso, “[...] considerar a Comunicação não como um mero instrumento midiático e tecnológico, e sim, antes de tudo, como um componente pedagógico” (KAPLÚN, 1999, p. 68). Isso se torna possível, quando a ação comunicacional é utilizada pelo homem e a seu favor, e não exclusivamente do mercado, do capital.

Contudo, faz-se necessário “[...] novos gigantes e novos monstros, capazes de articular natureza e história, trabalho e política, arte e invenção” (NEGRI, 2004, p. 18) e a comunicação comunitária, aliada a uma orientação pelo empoderamento, têm os meios e as ferramentas para isso, através dos projetos e mídias comunitários. E essa necessidade é possível de se cumprir, uma vez que “[...] a comunicação comunitária vem se desenvolvendo no País através de múltiplas formas e linguagens, pois há uma convivência de formatos artesanais, modos grupais, de canais massivos de radiodifusão e de meios digitais de comunicação” (PERUZZO, 2005, p. 22).

Sob esta perspectiva que compreendemos a comunicação, em seu viés comunitário e transformador, e entendemos os agentes desta ação como singularidades reunidas que formam um poder tão expressivo, que o poder da exploração, o lado hegemônico e opressor da sociedade, que exclui os desiguais, precisa se reconstituir (NEGRI, 2004). Nesse movimento de reconstituição, o novo poder que se baseia na força e na prática da vida, encontra espaço para se expressar e se tornar “comum”, constituindo a multidão, um coletivo empoderado.

### **Empoderamento e Biopotência da multidão: a conscientização dos sujeitos e o “corpo vital coletivo”**

De acordo com a proposta da comunicação comunitária apresentada acima, que busca resultados positivos e transformações necessárias a partir do trabalho coletivo de pessoas comprometidas com uma causa, nosso estudo segue sua fundamentação teórica na busca pela compreensão da perspectiva coletiva ideal ao contexto aqui exposto e proposto, de união social, de resistência diária, de transformação cultural. Conforme coloca Peruzzo, estamos tratando de uma comunicação que

se alicerça nos **princípios de comunidade**, quais sejam: implica a **participação ativa**, horizontal e democrática dos cidadãos; a **propriedade coletiva**; o **sentido de pertença** que desenvolve entre os membros; a **co-responsabilidade** pelos conteúdos emitidos; a gestão **partilhada**; a capacidade de conseguir identificação com a cultura e interesses locais; o **poder de contribuir** para a democratização do conhecimento e da cultura (PERUZZO, 2005, p. 22. Grifo nosso).

Como podemos retirar das palavras da autora, estamos tratando de uma perspectiva comunicacional eminentemente coletiva, grupal, que se apoia nos “princípios de comunidade”, que precisa de “participação ativa”, “sentido de pertença” e “corresponsabilidade”. Porém, ao nos referirmos ao empoderamento, a que de fato estamos tratando e o que significa ser/estar empoderado no contexto midiático comunitário atual?

Falar sobre empoderamento nos coloca duas exigências. A primeira é deixar claro que nosso entendimento perpassa a palavra e o sentido estabelecido a *empowerment*, conforme proposto nos estudos norte-americanos, dar o poder a alguém que passa a não necessitar de permissão para futuras realizações/ações. Compreendemos o empoderamento de acordo com a lógica proposta pelo educador Paulo Freire, nossa segunda exigência, pois o autor é referência no que se relaciona ao conceito e sua relevância social, principalmente por considerar contextos de opressão em seus estudos.

Ao contrário de “dar o poder”, o empoderamento em que nos baseamos é um processo no qual as próprias pessoas se autorizam a agir para se fortalecer e evoluir. Dessa forma, exige delas conquista, avanço e superação, sendo um movimento que ocorre de dentro para fora, solicitando a atuação como sujeitos, ativos e críticos. Para Schiavo e Moreira (2004), o empoderamento, conforme Freire, “implica, essencialmente, a obtenção de informações adequadas, um processo de reflexão e tomada de consciência quanto a sua condição atual, [...] abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva” (p. 59).

O entendimento de Paulo Freire a respeito do empoderamento é resultado de suas teorias de “libertação dos oprimidos”, tema debatido em muitas de suas obras, que o autor visa propor como solução, ou seja, como forma de romper com esta opressão, o empoderamento por meio da educação. Seguindo os passos e o exemplo do educador e filósofo, intentamos esta compreensão a partir da comunicação e suas estratégias discursivas.

Seguindo a linha de pensamento freiriana, o empoderamento pode ser colocado como uma forma de conquista da liberdade por parte das pessoas subordinadas a uma determinada posição de dependência, seja econômica, social, política ou cultural. Para uma

conquista plena, porém, é preciso que ocorra a conscientização, outro conceito trabalhado por Freire e que precisa ser conjuntamente pensado. Para o autor, o que realmente é preciso para a “libertação social” é a conscientização, cuja ideia foi interpretada e traduzida no Brasil como empoderamento.

Por ocorrer como um ato social e coletivo, o empoderamento, ou conforme Freire, a conscientização consegue fortalecer os sujeitos que, conscientes da realidade de opressão possibilitam vislumbrar e operar formas de ação condizentes à experiência, eficazes à situação. Podemos dizer que o processo inicia-se com o empoderamento, pois é necessária a ação inicial de decisão e a criticidade intrapessoal, mas é preciso evoluir a um ato social para ser de fato transformação. Em seus estudos na área da educação, com estudantes em situações de vulnerabilidade social e econômica, Paulo Freire colocou que “o desenvolvimento crítico desses alunos é fundamental para a transformação radical da sociedade. Sua curiosidade, sua percepção crítica da realidade são fundamentais para a transformação social, mas não são, por si sós, suficientes” (FREIRE e SHOR, 1986, p. 71).

Faz-se necessária, assim, a prática, a inserção dos oprimidos na realidade que oprime, ação esta que pode ser corroborada por propostas comunitárias da comunicação, que oportunizam a busca pelo envolvimento, a participação e a ação coletiva frente à comunidade e suas demandas. “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 2013, p. 52). Não se faz comunicação comunitária sem a comunidade envolvida, que precisa estar ciente criticamente da realidade de suas demandas, ou seja, mais que vivê-las, precisa senti-las e reproduzi-las, para poder atuar sobre ela. A superação exige a inserção crítica para realizar a transformação. Não se trata de reconhecimento, mas de inserção crítica, senão não há transformação da realidade e libertação (FREIRE, 2013).

Outro ponto a respeito da superação da realidade de opressão é, segundo Freire, o fato de os oprimidos não poderem deixar de assim ser tornando-se opressores de outros. É preciso, justamente, vencer esta mentalidade, a qual é justificada pela conscientização dos oprimidos como detentores da possibilidade de mudarem a si mesmos, aceitando a liberdade, e também aos seus opressores. Essa é a verdadeira essência da pedagogia do oprimido (FREIRE, 2013). É preciso transformar a situação de opressão e não apenas, remediá-la, subsumi-la. Isso exige empoderamento/conscientização.

Contudo, o contexto que vivenciam, ao qual estão historicamente acostumados e acomodados, torna seu comportamento prescrito, ou seja, pautado por ordens aquém das

suas decisões, não correspondendo ao seu dever, sendo-lhes estranho (FREIRE, 2013). Acabam por temer a liberdade, pois com ela passam a ser responsáveis por preencher o espaço que se abriu por eles mesmos, sem os opressores. É devido a isso, que necessitamos superar a situação de opressão e não somente eliminá-la, pois isso “implica o reconhecimento crítico, a ‘razão’ desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela que busca ser mais” (FREIRE, 2013, p. 46). Não basta eliminar, pois assim, abre-se nova lacuna. Nesse movimento, das pessoas procurando como serem sujeitos e superar, vencer, viver, há um movimento contrário, uma força que as interdita.

E, neste jogo de poder e contrapoder, de dominador e de dominados, nos ancoramos na biopotência da multidão como alternativa para se chegar ao destino da liberdade, de ação biopolítica e do ser plenamente. Trazemos, pois, a questão colocada por Peter Pelbart, que vem ao encontro do pensar espaços de autonomia de comunicação em experiências comunicacionais comunitárias: “como detectar modos de subjetivação emergentes, focos de enunciação coletiva, territórios existenciais, inteligências grupais que escapam aos parâmetros consensuais, às capturas do capital, e que não ganharam ainda suficiente visibilidade no repertório de nossas cidades?” (PELBART, 2011, p. 22).

Para o autor, “todos e qualquer um, e não apenas os trabalhadores inseridos numa relação assalariada, detêm a força-invenção, cada cérebro-corpo é fonte de valor, cada parte da rede pode se tornar vetor de valorização e de autovalorização” (PELBART, 2011, p. 24). Ao verificarmos referenciadas as palavras “valorização” e “autovalorização”, lembramos da conscientização pregada por Freire (1979), pois esta é necessária para que as anteriores ocorram. E a possibilidade desta ocorrência, conforme ambos autores expõem, está presente em todas as pessoas, sendo uma condição a crença pessoal na “força” que carregam individualmente, amplificada coletivamente, por “esse corpo vital coletivo reconfigurado pela economia imaterial das últimas décadas” (PELBART, 2011, p. 24).

Falamos assim, em uma “democracia biopolítica”, na qual se retira o foco do poder como fator soberano e coloca-se na vida, mudando seu sentido e também a compreensão acerca de biopolítica, conceito apresentado inicialmente por Foucault. Para esse autor, a biopolítica tratava de uma forma de incidência do poder sobre a vida, restando a esta resistir àquele. Nesse formato, biopolítica é essencialmente poder e racionalidade, sendo o corpo e a vida fragmentos passivos. Porém, o que é preciso para o avanço dessas teorias e, principalmente, de experiências promissoras de vida, é transformar a ordem do poder, que



precisa deixar de “agir sobre a vida” para ser “força de vida”, como Deleuze rerepresentou o entendimento de Foucault. Desse entendimento e dessa forma de compreensão do poder, emerge a potência de vida, a biopotência da multidão.

A multidão que não é povo, que não é público e nem privado, bem como se diferencia de massa. Não se trata aqui da concepção pejorativa de multidão, como agrupamento acéfalo e inconstante, que é regido e precisa ser dominado pelos desmandos de um soberano (PELBART, 2011). A multidão, como compreendida por nós é diferente do povo, pois não é unificada pela questão do Estado e do capital. É também distinta à massa, uma vez que não permite a neutralização de suas diferenças (SANTIAGO, 2014). Tratamos então, de “um agente ou sujeito coletivo que pode agir em comum, unitariamente, com a simultânea manutenção de suas diferenças internas” (SANTIAGO, 2014, p. 30).

Esse entendimento “atualizado” de multidão surge de transformações como a passagem da produção centrada no material para a produção imaterial, quando a força intelectual passa a valer tanto quanto (senão mais) a força braçal, física. Antonio Negri (2014) expõe que se podemos falar que multidão é definida como um conjunto de singularidades, é justamente por estar se tratando de “um conjunto de singularidades trabalhando” (p. 38).

Ao tratar sobre a questão do trabalho, a proposta de multidão, segundo Hardt e Negri (2005), busca não gerar diferenciações, compreendendo que todo tipo de trabalho é produtivo justamente por entenderem que a sua essência está na capacidade criativa e produtiva humana, como projeto político, e não apenas vinculado à produção sob domínio do capital (HARDT e NEGRI, 2005). Tratam, assim, do trabalho imaterial, impondo a ele, nos séculos XX e XXI, tanta relevância quanto ao anterior, dito material, produtivo, gerador de riqueza, de capital. O trabalho imaterial compreende duas formas fundamentais: o trabalho imaterial intelectual e o afetivo.

O primeiro, intelectual, é aquele que “produz ideias, símbolos, códigos, textos, formas linguísticas, imagens” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 149). Está vinculado ao saber (teórico e prático) e à sua expressão, gerando como produto (ambiguidade do trabalho imaterial, pois mantém uma materialidade) um conhecimento que pode (e deve) ser compartilhado. Por sua vez o trabalho imaterial afetivo, “produz ou manipula afetos como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 149), o qual demonstra a relação entre corpo e mente como resultado, atitudes, comportamentos, personalidades.

Dessa compreensão fica definido o trabalho imaterial, apresentado por Hardt e Negri como a “nova forma hegemônica” de trabalho, como a união do intelectual e do afetivo, sendo a comunicação um relevante exemplo, ao passo que “todas as formas de comunicação combinam a produção de símbolos, linguagem e informação com a produção de afeto” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 150). É, pois, trabalho biopolítico, uma vez que produz relações e, assim, vida social.

Essa proposta traz à tona também o conceito de “comum” como elemento central da multidão, como seu eixo estrutural, pois se trata de uma unidade em meio à diversidade. É “vida comum na qual corpo e mente coincidem e são indistinguíveis (NEGRI, 2004, p. 19). A partir da comunhão das singularidades, das subjetividades, da produção que os sujeitos fazem de si mesmos (NEGRI, 2004), que a multidão se consiste, gerando o “corpo da multidão, um tipo fundamentalmente novo de corpo, um corpo comum, um corpo democrático” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 248).

Porém, assim como a multidão é constituída pela força de um corpo comum, ela também gera esse comum, pois sendo singular na diferença, não viabiliza desordem social. “As singularidades interagem e se comunicam socialmente com base no comum, e sua comunicação social por sua vez produz o comum. A multidão é subjetividade que surge dessa dinâmica de singularidade e partilha” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 258. Grifo nosso). Singularidade e partilha formam, então, uma força que possibilita transformar “poder sobre a vida” em “poder de vida”, em empoderamento e biopotência.

Porém, Hardt e Negri (2005) também pontuam o fato de vivenciarmos certa “expropriação do comum”, quando ocorre a privatização daquilo que é de todos, a exemplo da informação genética, da terra, e até mesmo das plantas e dos animais. Ao ser percebida a potencialidade, é buscado tornar o detentor do potencial algo controlável, privado, para que se possa retirar dele o poder que representa. Eis um cuidado que a multidão, por sua constituição comum, deve ter, ao ser percebido o potencial que a produção e o produto do seu trabalho imaterial, intelectual e afetivo, representam.

Porém, assim como Hardt e Negri, visualizamos que

qualquer um pode tentar capturar o vento, o mar, a terra, mas eles sempre serão mais do que podemos apreender. Do ponto de vista da ordem e do controle políticos, assim, a carne elementar da multidão é desesperadamente fugidia, pois não pode ser inteiramente enfeixada nos órgãos hierárquicos de um corpo político (HARDT e NEGRI, 2005, p. 251).

E são nessas brechas, na característica fugidia do corpo social comunitário, que vislumbramos esta articulação teórica à comunicação comunitária. Que identificamos o empoderamento e a biopotência de um “corpo vital coletivo” como poder fundamental e transformador a realidades oprimidas.

Devido a isso, tratamos a comunicação comunitária aqui como uma proposta de conceito biopolítico, o que quer dizer que a investigação está centrada nas capacidades criativas dos Sujeitos envolvidos. Sob esse entendimento, a perspectiva comunicacional apresentada não existe em relação à exclusão ou distinção de formas hegemônicas de comunicação, mas sim por dever esta ser central. A comunicação comunitária, “[...] quando desenvolvida em bases orgânicas e participativas – concretiza um ponto de fusão com o desenvolvimento social local e da cidadania. Pode favorecer a constituição de cidadãos ativos, emissores de conteúdos e gestores da comunicação” (PERUZZO, 2006, p. 119).

Ao ser orgânica e participativa e ao oportunizar às pessoas serem cidadãs ativas, esta perspectiva comunicacional possibilita também empoderamento, conscientização e biopotência. Esta última, por sua vez, “inclui o trabalho vital, o poder comum de agir, a potência de autovalorização que se ultrapassa a si mesma, a constituição de uma comunalidade expansiva” (PELBART, 2011, p. 86), e, somada à conscientização, permite a transformação da realidade social e cultural. Porém, dependem ambas da ação livre do homem e, principalmente sua ação coletiva.

Concordando com Hardt e Negri, a questão não é oportunizar à comunicação comunitária como catalogar diferenças, mas sim como identificar onde e como está localizada a “resistência coletiva ao poder” (HARDT e NEGRI, 2005, p. 144), o que nos parece conceitualmente central no que tange ao viés comunicacional comunitário.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O cenário econômico e político vivenciado, do qual a globalização é protagonista, ao lado do rápido avanço das redes e conexões virtuais, organiza sistematicamente um processo que, ao mesmo tempo em que precisa incluir para o funcionamento de sua lógica, termina por excluir. Para que seja possível reverter esta ordem, faz-se necessária outra força, capaz de romper as barreiras do poder dominante e determinante. Para Negri, Hardt e Pelbart, este contrapoder provém da vida como força, da biopotência do coletivo, da riqueza biopolítica da “multidão”, do poder inventivo dos sujeitos comuns que oportuniza novas associações e novas formas de cooperação.

Ao expormos nossa intenção de articulação teórica entre o conceito de comunicação comunitária e os estudos sobre o empoderamento e a biopotência da multidão, vislumbramos trazer à tona uma discussão acerca de um novo olhar à teoria e à prática desta forma alternativa de comunicação. Essa proposta orienta uma possibilidade de compreensão atualizada sobre comunidade e a ação necessária para que tenhamos a formação de sujeitos críticos e coletividades autovalorizadas. Com o entendimento de Multidão, o conjunto de subjetividades individuais, mas não individualizadas, podemos organizar um grupo atuante frente ao reconhecimento consciente do espaço que convivem.

Para que seja possível o empoderamento no contexto proposto, entendemos ser necessário que a comunidade se transforme e atue como “multidão”, pois assim possibilita se posicionar frente ao poder soberano através das redes que a constituem e das determinações estratégicas que produz, oportunizando libertar-se do poder que a pressiona. Para isso, precisamos de uma força unificadora, a biopotência, que faz possível uma democracia biopolítica e, assim, transformações de cunho social, político e cultural, que afetem positivamente a toda população, incluindo os que pertencem “às margens”.

## REFERÊNCIAS

DOWNING, John. **Mídia radical**. São Paulo: Senac, 2002.

ESPOSITO, Roberto. **Nilismo e Comunidade**. In: PAIVA, Raquel (Org.). O retorno da Comunidade: os novos caminhos do social. Prefácio de Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FONSECA, Thiago; COCCO, Giuseppe. **Na volta a Espinosa, a construção do comum**. Revista CULT, Dossiê Entrevista, n 189, p. 38 – 41, 2014.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 54ª ed. revisada e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

\_\_\_\_\_ e SHOR, I.. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986.

KAPLÚN, Mário. **Processos educativos e canais de comunicação**. Revista Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna/ECA-USP, jan.-abr. 1999, p. 68-75. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36846/39568>>. Acesso em: abril de 2014.

NEGRI, Antonio. **Para uma definição ontológica da multidão**. Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia. Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 15-26, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://migre.me/jwE8u>>. Acesso em: maio de 2014.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a FONSECA, Thiago; COCCO, Giuseppe. **Na volta a Espinosa, a construção do comum**. Revista CULT, Dossiê Entrevista, n 189, p. 38 – 41, 2014.

\_\_\_\_\_; HARDT, Michael. **Multidão**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2005.

\_\_\_\_\_. **Império**. Tradução de Berilo Varga. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Prefácio de Muniz Sodré. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PELBART, Peter P.. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2011.

PERUZZO, Cicilia M. K.. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación – ALAIC, ano III, n. 3, julho/dezembro, 2005. Disponível em: <<http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/145/166>>. Acesso em: março de 2014.

\_\_\_\_\_. **Rádio comunitária na Internet: empoderamento social das tecnologias**. Revista FAMECOS, n. 30, Porto Alegre-RS, 2006. p. 115 – 125.

PICHLER, P.F. e FOSSA, M.I.T. **De que comunidade se está falando? O conceito a partir das estratégias discursivas em telejornais brasileiros**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, 2012. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/poscom/wp-content/uploads/2013/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Patricia.pdf>>.

SANTIAGO, Homero. **O que é, quem é a multidão**. Revista CULT, Dossiê, n 189, p. 28 – 31, 2014.

SCHIAVO, M. R.; MOREIRA, E. N.. **Glossário Social**. Publicação Comunicarte, 2004. 116p.